

SIMULADO GRÁTIS:

POLÍCIA PENAL DO PARÁ



**SEAPPA
2021**

**POLICIAL
PENAL**

**50 QUESTÕES ATUALIZADAS
PROPOSTA DE REDAÇÃO
GABARITO REVISADO**

**TEMPO:
04H30**

**"NÃO É SÓ MAIS
UM DIA, É UMA
OPORTUNIDADE
DE FAZER
MELHOR"**



SimuladosBR.Net



PROVA OBJETIVA**Língua Portuguesa**

01. Assinale a alternativa em que as palavras recebem acento gráfico por causa de uma regra diferente da que determina a grafia das demais.

- A Austrália – superfícies.
- B Importância – área.
- C Agência – frequência.
- D Plásticos – científica.

02. Assinale a opção em que o uso do sinal indicativo da crase está INCORRETA.

- A Ela levou pela primeira vez à praia o seu filho.
- B O tempo começava à escurecer rapidamente.
- C A jovem está preparada para ir à Bahia.
- D Minha novela preferida começa às 19 horas.

03. Assinale a alternativa correta quanto à concordância, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- A Eu gosto de me adiantar na leitura dos capítulos dos livros escolares porque os temas novos é muito interessantes.
- B Eu gosto de me adiantar na leitura dos capítulos dos livros escolares porque os temas novos são muito interessantes.
- C Eu gosto de me adiantar na leitura dos capítulos dos livros escolares porque os temas novos são muito interessantes.
- D Eu gosto de me adiantar na leitura dos capítulos dos livros escolares porque os temas novos são muito interessante.

04. Assinale a alternativa em que encontramos erro de pontuação.

- A Eles querem se divertir; a gente trabalhar.
- B Os pratos que estavam sobre a mesa estão limpos.
- C Ontem todos resolveram ficar.
- D Alegre, a menina reencontrou o pai.

Texto I (Questões 05 a 08)

Álcool tipo exportação

Ao adotar nova legislação sobre a mistura do etanol à gasolina, a China anima os produtores brasileiros a vender o biocombustível lá fora.

A ambição de emplacar o etanol como base da matriz energética brasileira é antiga e remonta ao primeiro governo de Getúlio Vargas, quando foi criado o já extinto Instituto do Açúcar e Alcool. Desde então –

e lá se vão 86 anos -, os discursos sempre se fizeram acompanhar de uma generosa dose de otimismo, mas nunca passaram disso. Em junho de 2008, na esteira de um programa do BNDES de subsídio ao setor, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou que o Brasil se tornaria a Arábia Saudita verde.

O atual governo também marcou posição no assunto no fim de setembro, quando o presidente Jair Bolsonaro, em uma de suas lives no Facebook, deixou o diretor de biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia, Miguel Ivan Lacerda, bradar que o país tem hoje o “maior programa de descarbonização e de transição energética do mundo”. Assertivo, o presidente corroborou: “O Brasil está preocupado com a questão ambiental e faz a sua parte”. Para além da retórica oficial, o etanol, que nunca passou de um coadjuvante do petróleo, tem finalmente a chance de alcançar um inédito papel entre as exportações do país. E tal ascensão se deverá à China.

O gigante asiático aprovou recentemente uma legislação que determina que sejam misturados 10% de etanol na gasolina consumida no país, a chamada E10, a partir de 2020, com o intuito de reduzir as quantidades de gases poluentes no ar. Os chineses são os maiores emissores de CO₂ do mundo e signatários do Acordo de Paris, firmado em 2015 com o intuito de conter o aquecimento global. “Lá, a lei é para valer, tanto que a China já está se organizando para distribuir o combustível. É aí que nós entramos: os chineses precisarão importar todo esse etanol, diz Gustavo Junqueira, secretário de Agricultura e Abastecimento de São Paulo.

Empresários do setor calculam que a decisão da China, dona da maior frota de veículos do planeta, demandará pelo menos 15 bilhões de litros de etanol por ano - metade da produção nacional. Diante do novo cenário, as movimentações já são perceptíveis. No Brasil, o grupo São Martinho, o maior produtor mundial de cana, anunciou a construção de uma nova unidade em Goiás. Além disso, planeja produzir álcool a partir do milho nos períodos de entressafra da cana. Haverá, contudo, concorrência para os brasileiros: as multinacionais Bunge, de origem holandesa, e British Petroleum, da Inglaterra, informaram que vão fundir suas subsidiárias dedicadas à fabricação e distribuição de etanol para aumentar seu peso no mercado internacional.

Há mais fatores que animam o mercado do biocombustível. Um deles é a animosidade comercial entre a China e os Estados Unidos, o maior produtor de etanol do planeta. Outro foi o ataque de drones às principais refinarias sauditas, o que fez o preço do petróleo disparar. Para aproveitar as circunstâncias, um

grupo de usineiros brasileiros esteve recentemente na China, no Japão e nos Emirados Árabes - e planeja voar para a Índia, país que, seguindo o exemplo chinês, debate uma lei para implementar a E10 em 2022. “No passado, o álcool era visto como adversário dos combustíveis fósseis, mas isso mudou: agora são produtos complementares, aliados importantes para diminuir a poluição”, acredita Evandro Gussi, presidente da União da Indústria de Cana de Açúcar. Depois de passar décadas como alternativa restrita ao mercado brasileiro, o etanol, enfim, ganha fôlego para conquistar o mundo.

Eduardo Gonçalves

05. A questão do “Álcool”, no texto de Eduardo Gonçalves, é tratado sob um enfoque predominantemente:

- A político.
- B social.
- C econômico.
- D reacionário ao biocombustível.

06. Não é possível inferir sobre o excerto seguinte: “(...) Jair Bolsonaro, em uma de suas 'lives' no Facebook,(...)”:

- A que o presidente costuma frequentar redes sociais.
- B que o presidente é conectado a maior rede social do mundo.
- C que o presidente usa a criação de Mark Zuckerberg para interagir.
- D que o presidente, ao usar “lives”, evita expor sua imagem.

07. “Assertivo, o presidente corroborou: O Brasil está preocupado com a questão ambiental e faz a sua parte.” Ao analisar o vocábulo “sua”, é correto afirmar que:

- A é a terceira pessoa do verbo “suar”.
- B remete, anaforicamente, a Brasil.
- C é um pronome possessivo adjetivo.
- D funciona como complemento nominal

08. Sobre o título da reportagem: “Álcool tipo exportação”, pode-se afirmar que:

- A todo álcool brasileiro tem a mesma qualidade.
- B se exporta álcool de baixa qualidade para fortalecer o mercado interno.
- C o produto se enquadra nas especificações do mercado internacional.
- D o álcool brasileiro ainda é de baixa qualidade.

09. A concordância verbal não está de acordo com o preceitua a gramática em

- A Naquele momento, mais de uma pessoa mostrou-se indiferente à dor do companheiro.
- B Ele foi um dos que se compadeceu da dor alheia.
- C Havia ali várias pessoas indiferentes ao sofrimento do amigo.
- D A dor, a angústia, o sofrimento, tudo parece ser imperceptível para determinadas pessoas.

10. Todas as palavras da sequência estão grafadas CORRETAMENTE em:

- A Cizânia – ojeriza – apaziguar – deslizamento – envernizado.
- B Usura – reveses – despreso – maisena – grisalho.
- C Pretensão – suspensão – expansivo – conversível – defensivo.
- D Submissão – discussão – remissão – intercessão – restrissão.

Lei de Execução Penal

11. Constituem direitos dos presos, previstos na Lei de Execuções Penais, EXCETO:

- A previdência social;
- B audiência especial com o diretor do estabelecimento prisional;
- C asseio da cela ou alojamento;
- D proteção contra qualquer forma de sensacionalismo.

12. Considera-se egresso, para os efeitos da Lei de Execução Penal:

- A o liberado, a contar da saída do estabelecimento, seja condenado ou provisório, pelo prazo de 1 (um) ano.
- B o liberado, a contar da saída do estabelecimento, seja condicional ou provisório, pelo prazo de 1 (um) ano.
- C o liberado condenado, a contar da saída do estabelecimento e o liberado condicional, pelo prazo de 1 (um) ano.
- D o liberado definitivo, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da saída do estabelecimento e o liberado condicional, durante o período de prova.

13. Para a aplicação de sanções disciplinares é imprescindível

- A procedimento administrativo com garantia de defesa ao condenado.
- B a concordância do Promotor de Justiça.
- C a decisão do Juiz da execução penal.
- D a decisão do Conselho Disciplinar.

14. O trabalho do preso deve guardar compatibilidade com os normativos vigentes. Dentre estes normativos, a gestão do trabalho prisional deve observar que:

- A o trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser superior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo
- B o produto da remuneração pelo trabalho deverá atender a todas as suas despesas pessoais
- C as tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade serão remuneradas
- D o trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho

Noções de Direito Administrativo

15. O poder pelo qual a Administração Pública de modo explícito ou implícito, pratica atos administrativos com liberdade de escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo é denominado:

- A Poder de Polícia.
- B Poder Vinculado.
- C Poder Discricionário.
- D Poder Hierárquico.

16. São entes que fazem parte da Administração Indireta, exceto

- A autarquias.
- B ministérios.
- C empresas públicas.
- D sociedades de economia mista.

17. O ato administrativo tem como um de seus atributos uma importante vinculação ao que se chama “fé pública”. Esse atributo é o da

- A legitimidade.
- B imperatividade.
- C presunção de legalidade.
- D presunção de veracidade.

18. À luz da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), constitui ato de improbidade administrativa, que atenta contra os princípios da administração pública,

- A qualquer omissão negligente que viole os deveres de imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições.
- B concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.
- C deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação.
- D perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.

Noções de Direito Constitucional

19. É característica dos direitos fundamentais do cidadão

- A a disponibilidade.
- B a prescritibilidade.
- C a relatividade.
- D a nacionalidade.

20. De acordo com o artigo 5º da Constituição Federal, é permitido, salvo

- A o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- B compelir alguém a associar-se ou a permanecer associado de algo.
- C a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
- D a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

21. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

- A Salário-família, em caso de desemprego involuntário.
- B Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- C Irredutibilidade do salário, ainda que por convenção ou acordo coletivo.
- D Férias com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.

22. Segundo o Art. 83 da Constituição Federal, o Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a _____ dias, sob pena de perda do cargo. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho acima.

- A sete
- B nove
- C dez
- D quinze

Noções de Direito Penal

23. É requisito para a configuração do concurso de pessoas

- A uma única conduta.

- B a irrelevância causal das condutas.
- C a identidade de crime para todos os envolvidos.
- D a autoria incerta.

24. São penalmente inimputáveis os.

- A maiores de dezesseis anos
- B menores de vinte e um anos.
- C maiores de vinte e um anos.
- D menores de dezoito anos.

25. “Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem”. A conduta acima descrita corresponde ao crime de:

- A corrupção passiva.
- B corrupção ativa.
- C peculato.
- D apropriação indébita.

26. Com relação ao sujeito ativo do crime, assinale a afirmativa incorreta.

- A Crime comum é aquele que pode ser praticado por qualquer pessoa.
- B Crime próprio é aquele que exige do sujeito ativo uma qualidade especial.
- C Crime de mão própria é aquele que só pode ser praticado diretamente pelo sujeito ativo, não admitindo sequer a coautoria ou a participação.
- D Pessoa jurídica pode, excepcionalmente, ser sujeito ativo de um crime.

Noções de Direito Processual Penal

27. De acordo com o Código de Processo Penal, o inquérito policial em caso de indiciado solto, deverá terminar no prazo de

- A 90 dias.
- B 120 dias.
- C 30 dias.
- D 45 dias.

28. Nos termos do art. 30 do CPP, a ação penal que deverá ser intentada pelo particular, nos casos em que a lei determinar, é chamada de ação penal

- A pública.
- B privada.
- C substitutiva da pública.
- D privada subsidiária da pública.

29. O exame de corpo de delito

- A é indispensável quando a infração deixar vestígios, podendo ser suprido pela confissão do acusado.
- B será realizado por dois peritos oficiais, sem necessidade de diploma do curso superior.
- C poderá ser suprido por prova testemunhal quando desaparecerem os vestígios e não for possível sua realização.
- D será realizado, na falta de perito oficial, por 3 pessoas idôneas, sendo dispensadas de prestar compromisso de desempenho do encargo.

30. A prisão temporária poderá ser decretada

- A em caso de homicídio qualificado, pelo prazo de trinta dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- B pelo juiz, sem ouvir o Ministério Público, na hipótese de representação da autoridade policial.
- C sem fundamentação, em caso de comprovada urgência.
- D pelo delegado de polícia responsável pelo caso, pelo prazo máximo de cinco dias.

Conhecimentos Específicos

31. À luz do disposto na Lei de Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/2013), assinale a alternativa correta.

- A O acordo de colaboração premiada e os depoimentos do colaborador serão mantidos em sigilo até o recebimento da denúncia ou da queixa-crime, sendo vedado ao magistrado decidir por sua publicidade em qualquer hipótese.
- B As informações pormenorizadas da colaboração serão dirigidas diretamente ao juiz a que recair a distribuição, que decidirá no prazo máximo de setenta e duas horas.
- C A condenação com trânsito em julgado acarretará ao funcionário público a perda do cargo, da função, do emprego ou do mandato eletivo e a interdição para o exercício de função ou cargo público pelo prazo de cinco anos subsequentes ao cumprimento da pena.
- D O juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até a metade a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal.

32. Assinale a alternativa correta quanto ao que se apresenta como direito do colaborador, previsto expressamente na Lei das Organizações Criminosas:

- A ter nome, qualificação, imagem e demais informações pessoais preservados

- B usufruir das medidas socioeducativas previstas na legislação específica
- C participar das audiências com contato visual com os outros acusados
- D ser conduzido, em juízo, conjuntamente com os demais coautores e partícipes

33. De acordo com a Lei nº 12.850/2013, que disciplina os crimes relacionados a organizações criminosas, quando o investigado estiver preso, a instrução criminal deverá ser encerrada em prazo razoável, o qual não poderá exceder a

- A 90 dias.
- B 60 dias.
- C 120 dias.
- D 30 dias.

34. A Lei nº 12.850/2013 define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, as infrações penais correlatas e o procedimento criminal. Nesse sentido, por qual prazo as empresas de transporte devem possibilitar acesso direto e permanente do juiz, do Ministério Público ou do delegado de polícia aos bancos de dados de reservas e registro de viagens?

- A 4 (quatro) anos.
- B 5 (cinco) anos.
- C 7 (sete) anos.
- D 10 (dez) anos.

35. No que concerne ao crime de lavagem de dinheiro, assinale a alternativa correta.

- A O Brasil admite apenas a “autolavagem”, ou seja, somente pode praticar o crime de lavagem de dinheiro quem também é autor da infração penal antecedente.
- B O crime de lavagem de dinheiro não admite tentativa.
- C O delito de lavagem de dinheiro admite qualquer infração penal como seu antecedente, inclusive as contravenções penais.
- D O processo e o julgamento do delito de lavagem ficam suspensos até que a infração antecedente seja julgada definitivamente.

36. Um dos efeitos previstos na Lei nº 9.613/1998, para a condenação por crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, é a interdição do exercício de cargo ou função pública de qualquer natureza e de diretor, de membro de conselho de administração ou de gerência das pessoas jurídicas referidas no art. 9º. Assinale a alternativa que apresenta, de forma correta, o prazo máximo para essa interdição.

- A 5 (cinco) anos.
- B O triplo do prazo da pena privativa de liberdade.
- C A metade do prazo da pena privativa de liberdade.
- D O dobro do prazo da pena privativa de liberdade.

37. Em relação aos aspectos processuais da lei de lavagem de dinheiro (Lei 9.613/98), pode-se afirmar:

- A A alienação de bens objeto de medidas assecuratórias depende da existência de trânsito em julgado de sentença condenatória.
- B A competência para o julgamento do delito de lavagem de dinheiro será da justiça federal.
- C A denúncia deverá ser instruída com indícios suficientes da existência de infração penal antecedente.
- D A persecução penal em juízo depende da comprovação, mediante sentença condenatória, de infrações penais antecedentes.

38. A colaboração premiada nos casos de lavagem de capitais

- A será válida somente se o colaborador indicar a autoria do crime antecedente que originou a lavagem de ativos.
- B será nula se não contar com a participação do órgão julgador na elaboração do acordo.
- C tem como benefício, entre outros, a substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos.
- D constitui meio de prova que pode embasar, isoladamente, posterior sentença condenatória.

39. Com base na Lei nº 12.846/2013, assinale a alternativa que apresenta os termos necessários ao correto preenchimento das seguintes lacunas: “O _____ não exime a pessoa jurídica da obrigação de _____ o dano causado”.

- A acordo de leniência; minimizar
- B acordo de leniência; reparar integralmente
- C termo de ajustamento de conduta; indenizar totalmente
- D inquérito administrativo; reparar parcial ou totalmente

40. Um gerente da área de marketing pretende divulgar a organização interna da sociedade empresarial onde atua. Estudando a legislação em vigor, ele verifica que um dos itens que deve ser levado em conta na aplicação das sanções previstas na Lei nº 12.846/2013 de 01/08/2013 é a existência de mecanismos e procedimentos internos de

- A seleção
- B técnica
- C rotação
- D integridade

41. A celebração de acordo de leniência entre administração pública e pessoa jurídica investigada pela prática dos atos previstos na Lei n.º 12.846/2013

A é nula de pleno direito em razão da indisponibilidade do interesse público.

B pode ser realizada, independentemente de admissão de participação no ato ilícito pela pessoa jurídica investigada.

C suspende o prazo prescricional para eventual ação de responsabilidade pela prática de ilícito.

D não desonera a pessoa jurídica da obrigação de reparação integral do dano causado.

42. Conforme os termos da Lei nº 12.846/13, os dirigentes ou administradores somente terão responsabilidade por atos ilícitos na medida de sua:

A culpabilidade.

B dolo.

C inação.

D incidência.

43. Conforme dispõe expressamente o § 6º do Art. 1º da Lei nº 9.455/1997, que define os crimes de tortura, o crime de tortura, além de ser insuscetível de graça ou anistia é também

A irretratável.

B irrevogável.

C inimizável.

D inafiançável.

44. A respeito da Lei no 9.455/1997 (Lei da Tortura), assinale a alternativa correta.

A A consumação se dá com o emprego de meios violentos, ocasionando sofrimento físico ou mental, englobando, inclusive, o mero aborrecimento, o qual é apto a configurar o crime de tortura.

B A tortura-castigo exige uma relação de guarda, poder ou autoridade entre o sujeito ativo e o passivo.

C A diferenciação entre a tortura e os maus-tratos é o elemento subjetivo. No crime de maus-tratos, não há o animus corrigendi, disciplinandi, já no crime de tortura, o agente tem esse ânimo, além de agir com ódio, com vontade de ver um sofrimento desnecessário, com sadismo.

D O objeto jurídico tutelado pela norma penal no crime de tortura é apenas a integridade corporal e a saúde física.

45. Na hipótese de um servidor público ser condenado pelo crime de tortura qualificada pelo resultado morte a uma pena de doze anos de

reclusão, referida condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício por

A cinco anos

B dez anos

C doze anos

D vinte e quatro anos

46. Hércules, delegado de polícia, efetuou uma prisão em flagrante delito, mas deixou de comunicar ao juiz competente, de imediato, a prisão da pessoa, mesmo estando obrigado a fazê-lo. Segundo as leis brasileiras, essa omissão de Hércules constitui crime de

A omissão delituosa.

B tortura

C omissão de socorro.

D abuso de autoridade.

47. Para efeito de tipificação dos crimes de abuso de autoridade, considera-se autoridade

A somente quem exerce cargo de natureza militar não transitório.

B quem exerce cargo de natureza civil, desde que remunerado.

C quem exerce função pública de natureza civil, ainda que não remunerada.

D apenas quem exerce cargo de natureza militar remunerado.

48. Incorre em crime de abuso de autoridade o agente público que, no exercício de suas funções:

I – adentra imóvel alheio contra a vontade do ocupante e sem motivo justificável;

II – adentra imóvel alheio para prestar socorro a pessoa ferida que se encontra no interior do imóvel;

III – coage alguém, mediante violência ou grave ameaça, a franquear-lhe o acesso a imóvel ou suas dependências.

Considerando as assertivas acima, estão corretas:

A I, apenas.

B I e II, apenas.

C I e III, apenas.

D II e III, apenas.

49. De acordo com a Resolução Conjunta nº 1/2014 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e do Conselho Nacional LGBT, qual é a denominação de travestis?

A denominação específica para homens que se relacionam afetiva e sexualmente com outros homens;

B pessoas que pertencem ao sexo masculino na dimensão fisiológica, mas que socialmente se apresentam no gênero feminino, sem rejeitar o sexo biológico;

C pessoas que se relacionam afetiva e sexualmente com ambos os sexos;

D denominação específica para mulheres que se relacionam afetiva e sexualmente com outras mulheres.

50. A credencial de visitante, conforme a Portaria nº 1242/2009-GAB/SUSIPE, tem validade de quanto tempo?

A 02 (dois) anos

B 03 (três) anos

C 05 (cinco) anos

D 06 (seis) meses

PROVA DISCURSIVA

- O candidato deverá escrever a prova discursiva primando pelo uso das normas do registro formal e culto da Língua Portuguesa (de acordo com o novo acordo ortográfico) e **Coesão Textual** e, ainda, demonstrar o domínio do **Conteúdo e Conhecimento do Tema**.
- À prova discursiva será atribuída nota de **0,00 (zero) ponto e o máximo de 50,00 (cinquenta) pontos**.
- A prova discursiva deverá ser **manuscrita**, em letra legível, com caneta esferográfica de **tinta preta** fabricada em material transparente, não sendo permitida a interferência ou a participação de outras pessoas.
- A prova discursiva deverá respeitar o **mínimo de 20 (vinte) linhas e o máximo de 30 (trinta) linhas**, sob pena de perda na pontuação da mesma. Não serão corrigidas as redações com menos de 20 linhas, sendo atribuída nota 0 (zero) às mesmas.

Leia, com atenção, o texto a seguir:

O Talibã vem contrariando suas promessas de respeitar os direitos humanos no Afeganistão, denunciou a alta comissária da ONU para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet, nesta segunda-feira. Com o retorno do grupo fundamentalista ao poder em 15 de agosto, duas semanas antes do fim dos 20 anos da ocupação americana, o país da Ásia Central entrou em uma “nova e perigosa” fase, disse a ex-presidente chilena.

Durante um debate sobre o Afeganistão no Conselho de Direitos Humanos, Bachelet afirmou que “muitos afegãos estão profundamente preocupados”, particularmente mulheres e comunidades étnicas e religiosas. A terceira e última sessão anual do Conselho foi aberta mais cedo nesta segunda com o tradicional discurso em que a alta comissária faz um panorama dos direitos humanos pelo mundo. Mais uma vez, o Brasil foi citado nominalmente como um dos países que são motivo de “preocupação”.

— Por mais que o Talibã tenha emitido declarações públicas prometendo anistiar ex-funcionários de segurança e servidores civis do governo, proibindo buscas em casas e garantindo o direito das mulheres sob a lei islâmica, informações (...) que nós consideramos ser bem fundamentadas indicam que a prática contraria frequentemente tais compromissos — disse Bachelet.

A situação varia de província para província, ponderou a alta comissária, mas há relatos críveis de assassinatos de ex-integrantes das forças de segurança afegãs e de prisões arbitrárias de funcionários civis de antigos governos e suas famílias.

Talibã quebra promessa de respeitar as mulheres e os direitos humanos, diz Bachelet. Disponível em: <https://www.oglobo.globo.com>

Considerando que o texto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do seguinte tema: **Direitos Humanos**.

Rascunho

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Gabarito Rascunho

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50										

SimuladosBR

Gabarito**Simulado Grátis – Polícia Penal do Pará****NÍVEL MÉDIO**

POLICIAL PENAL																			
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	B	C	A	C	D	B	C	C	A	C	D	A	D	C	B	D	C	C	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	C	D	A	C	C	B	C	A	A	A	C	B	C	D	C	C	B	D
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50										
D	A	D	B	D	D	C	C	B	A										

Modelo de Redação

Na época do Brasil colônia, negros e indígenas sofreram como escravos, como objetos exclusivamente de homens brancos, pois mulheres mal eram uma opção como cidadãs. No panorama atual, pensar na realidade da época de 1500 até 1888 é um absurdo, graças a instauração dos direitos humanos, ainda que apenas estabelecidos após a Segunda Guerra Mundial. Pode-se considerar uma mudança recente, mas essencial, que mudou a mentalidade de grande parte do mundo. Sem eles, minorias ainda seriam excluídas e maltratadas e as pessoas perderiam a noção de seus limites como cidadãos e como seres sociais.

Em uma primeira análise, cabe lembrar da escravidão e das mulheres riscadas como cidadãs participativas, a exemplo de minorias maltratadas e excluídas por vários motivos, principalmente pela influência negativa causada pela autonomia da sociedade da época, sem direitos e leis bem estabelecidos. O grupo que já estava no poder sempre fez de tudo para se manter em seu ápice, logo desconsidera-se a abertura espontânea para a voz de outras pessoas. Ainda mais sendo as mesmas que sempre sofreram em consequência da relação de poder estabelecida com base violenta e forçadas a papéis sociais limitantes. Assim, fez-se necessária a existência de direitos humanos.

Em uma segunda análise, constata-se que as pessoas deixariam as vontades acima dos limites no quesito interpessoal. Como exemplo disso, a história do Anel de Gíges, de Platão, em que o portador do anel se torna invisível ao girá-lo e faz o que quer, pois o medo da punição deixa de existir a partir do momento que suas ações não são notadas. Logicamente, a história acaba mal pelas vontades pessoais do utilizador serem boas só para ele mesmo, acarretando em diversos males graves a toda a comunidade. Paralelamente, se um cidadão atual não se manter no limite de toda a sociedade em que vive, diversas outras pessoas serão desrespeitadas, o que pode ser considerado como violação de seus direitos.

Dessa maneira, deve-se manter os direitos humanos proporcionados pela ONU (Organização das Nações Unidas), visando acolher cada vez mais indivíduos no quesito direitos básicos como seres humanos e cidadãos através da divulgação dos mesmos pelo governo de cada Estado. Com isso, a qualidade de vida aumentará e a sociedade pode evoluir como um todo.